



O CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES A PARTIR DA AÇÃO PARTICIPATIVA

Cassiana Nascimento Matos¹

José Franco de Azevedo²

GT 8 – Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente

RESUMO

O presente artigo trata de uma discussão sobre o Conselho de Classe como espaço de formação dos estudantes pela sua ação participativa. Buscou-se a partir do referencial teórico analisar os elementos formativos inerentes à prática da participação colegiada, como forma de destacar a importância da participação dos estudantes no Conselho de Classe para a sua formação política. Para tanto, percorreu-se um caminho pelo contexto histórico e pedagógico do conselho, buscando destacar sua função para o processo educativo. E, por fim, traçou-se uma discussão em torno de três aspectos formativos: autonomia, diálogo e pensamento crítico.

Palavras-chave: Conselho de Classe. Formação política. Participação estudantil.

ABSTRACT

This article is a discussion about the Class Council as a space for teaching students through participatory action. Based on the theoretical framework, an attempt was made to analyze the formative elements inherent in the practice of collegiate participation, as a way of highlighting the importance of student participation in the Class Council for their political education. Therefore, a path was followed from the historical and pedagogical context of the council, seeking to highlight its role in the educational process. Finally, a discussion was drawn up around three formative aspects: autonomy, dialogue and critical thinking.

Keywords: Class Council. Political formation. Student participation.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de natureza formativa, todas as suas ações visam atender à finalidade de promoção da formação dos sujeitos, e para tanto, se estrutura de modo a

¹ Graduação em Pedagogia, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, PROFEPT/IFS, Pedagoga do Instituto Federal de Sergipe, E-mail: <cassiana.matos@academico.ifs.edu.br>

² Graduação em Economia, Doutorado em geografia pela UFS, Docente do PROFEPT/IFS, Diretor Geral do Campus Socorro/IFS, grupo de pesquisa Agricultura. Sustentabilidade e Gestão Rural – ASGRUR, E-mail: <jose.franco@ifs.edu.br>



construir mecanismos de suporte e apoio ao ensino que é realizado. Uma dessas estruturas criadas para contribuir com a prática pedagógica no sentido de avaliação do processo de ensino e aprendizagem é o Conselho de Classe. Essa instância colegiada assume na escola a função de propiciar um espaço/momento de análise e discussão coletiva sobre o trabalho que é realizado na sala de aula durante o bimestre letivo, tendo em vista o aperfeiçoamento das práticas e desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Tomando por base esses pressupostos básicos de escola enquanto espaço de formação, que traz em todo seu corpo estrutural formas e meios de promoção dessa formação, as discussões apresentadas neste trabalho têm por finalidade analisar o aspecto formativo do Conselho de Classe, em especial a formação dos estudantes a partir de sua participação neste colegiado³. Entende-se que os estudantes são sujeitos da aprendizagem e como tal influenciam nas ações educativas, como aquele que constrói a sua aprendizagem a partir dos saberes que lhe são disponibilizados a partir de diferentes métodos.

Sendo o Conselho esse espaço de avaliação e reflexão sobre as práticas e sobre a aprendizagem, o estudante ao participar desse espaço passa a atuar no processo mais ativamente, trazendo seu olhar e construindo junto com demais atores um prática que atenda aos seus anseios e necessidades. Os estudantes ao participarem do conselho torna-se parte ativa de um coletivo que pensa e age de forma crítica sobre a realidade apresentada, e essa atuação é significativa para formação desses sujeitos. Nesse sentido, o presente estudo busca evidenciar o aspecto formativo desse colegiado para a formação dos estudantes participantes nos aspectos pedagógicos e políticos.

CONTEXTO HISTÓRICO E PEDAGÓGICO DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, enquanto instância colegiada, traz o debate coletivo sobre o trabalho pedagógico e os elementos que o constitui, desvelando processos mais amplos que estão presentes e interferem dialeticamente na dinâmica escolar como um todo. De acordo com Dalben (1992, p. 26), o Conselho teve sua gênese na França por volta de 1945 como parte de um conjunto de inovações pedagógicas inseridas na educação francesa a partir de algumas classes experimentais. Nesse contexto da reforma foi instituído no ensino Francês o

³ Esta discussão integra a pesquisa em andamento no mestrado em Educação Profissional/PROFETP-IFS.



Conselho que se dividia em três tipos: o Conselho de classe em nível de turma; o Conselho de orientação no âmbito do estabelecimento e o Conselho departamental de orientação em esfera mais ampla. Conforme descrito por Rocha (1984, p. 19),

Esta profunda reforma foi realizada com o objetivo declarado de democratizar o ensino e almejava “organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos com vistas a oferecer a cada um o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões” (Institut de Recherche et Documentation Pédagogiques – INRDP – 1971, pg.31). A fim de atingir este objetivo foram criados os conselhos de observação dos alunos, que constituem o instrumento por excelência para observação da turma. A nível da turma funciona o Conselho de Classe que é presidido geralmente pelo professor principal ou então pelo diretor do estabelecimento, assistido pelo professor principal. Fazem parte do Conselho, ainda, o diretor adjunto, o inspetor geral encarregado da turma, o médico, o assistente social ou enfermeira, o conselheiro de orientação, os professores da turma, outros inspetores, dois representantes de pais de alunos e dois alunos, eleitos delegados da turma pelos colegas.

O objetivo estava fundado na observação do estudante em seus aspectos comportamentais e de habilidades para direcionar a escolha por um curso que correspondesse às características identificadas pelo conselho, de acordo com sua “aptidão” e “caráter”, revelando aspectos de um sistema dual daquele período.

O Conselho de classe é introduzido na educação brasileira pelas educadoras Laís Esteves Loffredi e Myrthes de Lucca Wenzel, após retornarem do estágio realizado em 1958, no Instituto de Pesquisas Educacionais de Sèvres, na França. A experiência pioneira se deu no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1959, e pelo êxito da proposta chegou a ser financiada pelo MEC e se expandiu para as demais classes da escola, e posteriormente para outras escolas e estados (ROCHA, 1986). Pressupõe-se que a importação das ideias do Conselho de Classe para o Brasil tornou-se mais aceita devido ao ideário escolanovista que vinha ganhando força no meio educacional, por trazer em seu bojo a concepção de escola democrática, que valoriza o trabalho coletivo, a discussão e a busca de novos métodos de ensino que coloca o estudante como centro do processo (DALBEN, 1992).

Dentro desse contexto que emergia, o estudante passava a ser concebido não mais como objeto da ação pedagógica, e a aprendizagem não se dava pela simples assimilação de informações fragmentada e descontextualizada. Era preciso ver o estudante como um ser que participa do processo de aprendizagem e, portanto, deveriam ser considerados e ouvidos.



Assim, como as decisões pedagógicas precisariam ser compartilhadas e discutidas, exigia uma nova organização escolar. Ainda não se vê nesses ideais uma estrutura formal de Conselho de Classe, mas uma possibilidade para sua implantação.

A partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71 os Conselhos de Classe tornam-se mais presentes nas unidades escolares como instância formalmente instituída, não por indicação direta da lei, mas pela preocupação das escolas em atender ao disposto na lei como a obrigatoriedade do serviço de orientação vocacional e sobreposição dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem. E, como nos moldes franceses, o Conselho poderia ser utilizado como possibilidade para preparação dos estudantes para o ensino profissionalizante determinado pela lei. A habilitação profissional do ensino de 2º grau requeria do 1º grau a sondagem de aptidões dos estudantes, feitas pelos professores ou orientadores para assim ingressarem no curso de segundo grau que melhor se adequasse às suas necessidades e/ou características, assim como o conselho realizado inicialmente na França.

Nesse cenário, marcado por uma pedagogia tecnicista e enraizado num modelo dual de educação, se evidencia o propósito de fortalecimentos das bases liberais capitalistas de preparação da classe trabalhadora para fornecimento de mão de obra e continuidade da estrutura social marcada pela divisão social. Aos filhos dos trabalhadores restavam as profissões mais braçais e menos intelectuais, onde com pouca formação já podiam se inserir no mercado de trabalho, uma educação meramente instrumentalista nos valores do capital.

O Conselho de Classe se situa num campo político de contradições que reflete as posturas e práticas pedagógicas em vigor no interior da escola, sejam elas ocultas ou institucionalizadas, bem como as relações materiais e sociais. É por isso que apesar da conceituação no campo teórico, sua prática se difere de uma escola para outra. Ele é um órgão colegiado que compõe a organização da escola, no qual a equipe técnico-pedagógica, professores e estudantes reúnem-se para conhecer como tem se desenvolvido o processo formativo de uma turma e dos alunos individualmente, identificando as falhas e propondo alternativas para solução dos problemas identificados. Todavia, nem sempre o Conselho tem funcionado de acordo com seu propósito, Cruz faz uma crítica à forma como o conselho vem sendo concebido e realizado em algumas escolas.

Para este autor, o Conselho de classe é um dos espaços mais ricos de



transformação da prática pedagógica e, talvez, dos mais mal aproveitados nas escolas. De modo geral, o Conselho de Classe se transformou em instância de julgamento dos alunos, sem direito à defesa e em espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica. Como tem sido praticado em muitas escolas, camufla e reforça os mecanismos de controle arbitrário, de concentração de poder e de exclusão (CRUZ, 2005).

Questiona-se muito a mudança via política educacional, mas falta consciência de que se faz política a todo instante, ao selecionar conteúdos, instrumentos de avaliação, procedimento de ensino, ao definir objetivos. É evidente que as decisões pedagógicas também são políticas e, portanto, podem definir se a educação será seletiva ou democrática, inclusiva ou excludente. Nesse sentido, ao se instituir na escola um espaço de participação democrática como o Conselho, o político passa a ser debatido, compartilhado, possibilitando a prevalência das intencionalidades comuns à comunidade. De acordo com Dalben (1992, p. 178),

Percebe-se que o Conselho de Classe é um dos poucos organismos na escola, talvez o único, que permite a discussão do trabalho pedagógico em sua especificidade, de forma espontânea e natural, já que discute o próprio resultado do aluno, a própria relação que tem sido estabelecida entre aluno, professor e conteúdo, num momento de análise e decisão para a tomada de novos rumos desse mesmo processo.

Pensar nas práticas educativas sob a perspectiva de construção coletiva traz para o debate as possibilidades de superação das formas fragmentadas e dualista de formação, visto que direciona para o processo de avaliação os diferentes olhares que compõem o todo. Paro (2016, p. 196) ao observar as atividades do Conselho identifica posições antagônicas em relação à forma de encarar o papel da avaliação escolar, e destaca que o órgão não deixa de constituir um espaço de encontro de posições diversificadas relativas ao desempenho do estudante, assim ela não fica restrita à avaliação realizada por apenas uma pessoa. Entretanto, essa perspectiva precisa ser explorada em potencialidade para que as atividades do Conselho não se reduzam a um mero cumprimento de uma rotina burocrática, ao contrário, deve oportunizar um olhar sobre o estudante na sua integralidade, não se limitando a resultados quantitativos obtidos por meio de notas, mas considerando-o a partir de diferentes aspectos.

Importa aqui compreender o conselho de classe não apenas como uma reunião de pessoas, mas como um espaço formativo onde transitam saberes e interesses distintos. Desse modo, seria um espaço no qual despontariam novos espaços mais ricos de transformação da prática pedagógica. Nesse



sentido, o conselho de classe, por se tratar de um espaço focalizado nos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem, configura-se como potencial locus de prática política e pedagógica realizada no dia a dia da escola (SENA NETO, 2018, P.43).

Como é evidenciado por Sena Neto, o Conselho de Classe, por sua natureza colegiada, oportuniza ao participante um exercício político de crítica, reflexão e diálogo sobre a realidade. No caso especial dos estudantes, tal vivência oportuniza a livre expressão de seu ponto de vista sobre suas experiências de aprendizagem, relação com professores e colegas, organização do espaço escolar e tantas outras questões que perpassam o ambiente escolar. Essas participações políticas dentro do espaço escolar, em especial o Conselho de classe, propiciam ao estudante um amadurecimento e entendimento de seu papel na transformação da sociedade. Ele aprende na coletividade a expressar-se, respeitar as individualidades e pensamentos divergentes, enfrentar as opressões, agir democraticamente e outras competências inerentes à formação social do ser.

ASPECTOS FORMATIVOS DO CONSELHO DE CLASSE PELA AÇÃO PARTICIPATIVA

Retornando ao que já foi dito inicialmente, a educação, como campo específico da atividade humana, é responsável pela formação dos indivíduos como seres sociais, histórico-críticos. Para tanto, implica nesse propósito a não aceitação da prática educativa como reprodutora da realidade social, mas como ação formativa capaz de promover a transformação pela interação crítica e reflexiva com o conhecimento historicamente acumulado. Nessa perspectiva, a prática educativa deve conduzir docentes e discentes a uma ação libertadora, ética e com respeito à dignidade humana. Traremos para essa análise alguns elementos constitutivos da prática educativa, enquanto dimensão social da formação humana, a partir da relação dos estudantes com o Conselho de classe: promoção da autonomia, disponibilidade para o diálogo e participação crítica, como possibilidade de formação crítica e política.

- Promoção da autonomia

Para além de um conceito genérico, Freire (1996) discute a autonomia como um princípio pedagógico da prática educativo-progressiva. Assim, como os outros elementos concernentes às práticas pedagógicas de base social, a autonomia tem por base a formação dos



sujeitos para a (re)construção de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária. Todavia, ser autônomo não é agir de acordo com suas próprias vontades, sem limites de conduta e ação, ao contrário, envolve um pensar e agir ético-político responsável e comprometido com o respeito ao outro. Deste modo, a educação é um campo propício ao desenvolvimento da autonomia, por envolver experiências práticas que exigem decisão e responsabilidade. Cada vez que o sujeito é submetido a essas vivências ele se desenvolve enquanto ser social envolto no exercício da cidadania.

Ao discutir procedimentos de ensino que favorecem um projeto comprometido com a formação social, Araújo e Frigotto (2015, p.73) apresentam a promoção da autonomia como possibilidade para o desenvolvimento da formação ampla dos indivíduos. A autonomia é compreendida por eles como “capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme suas condições objetivas e subjetivas” (ARAÚJO E FRIGOTTO, 2015, p. 74). Nessa perspectiva, desenvolver nos estudantes a autonomia exige oferecer condições reais para que eles possam agir com consciência para transformação da realidade de acordo com suas necessidades e rejeitando a adaptação às diversas situações de vida em consequência de uma ação passiva e subordinada. Para tanto, advertem que para um projeto educacional dessa natureza, docentes também precisam ter sua autonomia garantida visto que sua função é mediar a relação entre educando e conhecimento, conduzindo à aprendizagem. Seguindo nessa mesma direção, Freire (1996, p.54) compreende que,

é esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento da autonomia de estudantes e professores se torna uma possibilidade real quando, integrado ao projeto pedagógico da escola, e for concebido pela comunidade escolar como fundamento necessário à educação comprometida com a ampliação das capacidades humanas.

Na prática do Conselho de Classe a autonomia é assegurada pela força do coletivo, os sujeitos ganham nesse espaço o poder de decidir e agir de acordo com a vontade do grupo. Apesar de a autonomia ser alcançada de forma coletiva, não diminui o poder de cada um expressar, de forma direta ou por representação, seus desejos, anseios, necessidades,



com liberdade de opinião. Seja de forma coletiva ou individual, a autonomia é buscada como princípio de participação nesse espaço, que se torna um exercício educativo para os estudantes ao terem sua fala acolhida, suas necessidades discutidas, de poder agir e opinar sobre a gestão escolar e o processo de ensino. É um encorajamento à luta constante pelo respeito a sua liberdade e autonomia.

- Disponibilidade para o diálogo

Com relação ao diálogo, Freire (1996, p.50) defende uma educação pautada numa relação dialógica, que rompe com o autoritarismo e a hierarquização na relação interpessoal entre docente e discente e na relação com o saber. Numa relação dialógica todos têm algo para ensinar e para aprender. Assim, o diálogo implica escuta e reflexão, “favorece a comunicação, ao contrário do antidiálogo, em que um dos pólos domina o outro, o que cria seres passivos” (BERTRAND, 2001, P. 160). O processo de aprendizagem não é um ato solitário, ele é interativo e, portanto, não pode ser concebido numa estrutura de distanciamento entre quem ensina e quem aprende. Num debate com Shor, Freire (Apud Bertrand, 2001) acrescenta que em uma relação dialógica o professor “não pode transferir conhecimento a partir de uma posição dominante na sua relação com o estudante. A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que seria uma prática da dominação”. Assim, é pelo diálogo que estudantes e professores vão ressignificando o seu papel de atores no processo educacional, por meio uma relação horizontal em que todos têm voz ativa, o que os tornam corresponsáveis pelo processo educacional, superando práticas de dominação.

Inspirado em Freire, Shor, ao propor uma Pedagogia da libertação sustenta a ideia de que a pedagogia deve transformar-se em um diálogo crítico. Segundo esse autor,

O professor não comunica conhecimentos aos estudantes, discute, isso sim, com eles sobre assuntos que os interessam. Os estudantes aprendem, por meio do diálogo, a desenvolver uma visão crítica dos seus poderes, das suas condições, da sua linguagem, dos seus conhecimentos e da sua sociedade (BERTRAND, 2001, p.165).

Pensar na relação dialógica como elemento de formação possibilita conhecer o outro, seus limites e potencialidades, suas necessidade e expectativas, as motivações que os fazem continuar ou desistir de seus projetos, seus anseios com relação ao mundo do trabalho, as vivências fora da escola. Tudo isso leva-nos a refletir sobre a função da educação para a



formação da humanidade, seu papel social e compromisso ético-político sustentado.

Assim como em outros espaços colegiados, o Conselho de Classe se estrutura em torno do diálogo, são as diferentes vozes que se reúnem para pensar e agir. Por uma cultura de dominação e autoritarismo a participação dos sujeitos nem sempre é valorizada e exercitada, por isso muitas vezes os sujeitos não são estimulados a expressar-se, a dialogar, principalmente os estudantes quando são colocados como objetos da aprendizagem. Visando romper com essas estruturas torna-se necessário fortalecer os mecanismos de participação no interior da escola, como também construir uma cultura do diálogo. E o Conselho de Classe, por sua natureza, é um espaço propício para esse exercício.

- Participação crítica

Outro elemento aqui analisado é a participação crítica dos sujeitos no espaço escolar. O estudante precisa sentir-se partícipe do processo educativo, ver a escola como parte integrante da sua vida, como um espaço de acolhimento e desenvolvimento intelectual. Essa é uma característica das pedagogias críticas, a participação, que se constitui num processo de interação, não limitado à sala de aula, entre estudantes e professores, mas como uma prática social que envolve outras instâncias da escola e se estende para a sociedade. Todavia, compete à escola preparar os estudantes para uma participação ativa e consciente, que conduza ao entendimento sobre a organização da sociedade, os princípios e fundamentos da democracia, os contextos de lutas, as relações de classe e tantos outros saberes e projetos formativos comprometidos com a ampliação das capacidades humanas para um agir crítico na sociedade.

Além de constituir enquanto saber a ser compartilhado, a formação para a participação crítica deve ser experienciada, testemunhada e vivida por estudantes e também docentes, eles precisam ver e sentir os efeitos de sua participação, os resultados que ela produz no contexto escolar. A competência participativa é desenvolvida quando exercida de forma prática, em situações reais, seja no âmbito das práticas de sala de aula, seja por meio dos mecanismos de participação disponíveis na escola, como o Conselho de Classe.

É comum observar o desencorajamento à participação na escola, principalmente com relação aos estudantes, primeiro porque são muitas vezes excluídos das decisões importantes, segundo pelos próprios estudantes quando não percebem os resultados dessa participação, quando esta não provoca a mudança esperada eles deixam de acreditar nos



mecanismos de participação democrática. Todavia, se a escola quer encorajar os estudantes a serem participativos, este deve ser um propósito defendido por todos, não como um saber ensinado dos livros, ao contrário, deve ser uma ação que se aprende na prática. A pura fala sobre participação crítica sem sua concretização ressoa no vazio. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a coerência entre o discurso e a prática, entre a ação pedagógica e princípios morais e éticos exercidos pelo docente.

A efetivação da participação dos estudantes não está no simples ato de conceder espaço para manifestação de opinião, mas dessas opiniões serem consideradas e provocar a mudança necessária. Chamar o estudante para participar é autorizar e legitimar que ele expresse suas próprias ideias e conhecimentos sem medo de sofrer represália, sem julgamento ou incompreensão. Todavia, considerar a participação significativa do estudante, seja pelo professor na sala de aula ou pelos gestores escolares, faz-se necessário conceber o estudante como um ser capacitado para pensar e agir criticamente sobre os variados assuntos. Uma das características da pedagogia crítica enquanto teoria é a partilha do poder dos professores com os estudantes com o objetivo de promover a socialização destes. “Quanto mais os professores partilham este poder, mais os estudantes participam, (...) repõem em questão as experiências e os comportamentos sociais que lhes estruturam a vida cotidiana” (BERTRAND, 2001, P. 165).

A participação dos estudantes no Conselho de classe permite aos docentes compreenderem como eles aprendem, como podem assumir novas responsabilidades e contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, pela participação os sujeitos dão-se a conhecer e comprometem-se com a mudança desejada. Estudantes tornam-se ativos, conscientes e responsáveis por sua aprendizagem, professores refletem sobre suas práticas, colocam-se abertos a aprender e partilhar conhecimentos numa relação democrática e respeitosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de classe na escola desempenha a função de contribuir para um pensar e agir coletivo sobre o trabalho pedagógico que é realizado no âmbito da sala de aula.



Constitui uma etapa do processo avaliativo tendo em vista a aprendizagem dos estudantes considerando aspectos qualitativos. Essa função do conselho contribui diretamente para a formação dos estudantes por ser esse o papel da escola, e tudo que se faz no interior da escola visa à efetivação desse propósito. Todavia, a discussão realizada neste trabalho evidenciou que a prática do Conselho oportuniza aos estudantes uma vivência que o desenvolve para além da aprendizagem dos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade.

Ao participar do Conselho de classe os estudantes experienciam uma ação política carregada de significado para a sua vivência em sociedade. A forma de estruturação desse colegiado coloca o estudante como protagonista por meio de uma organização coletiva, que implica o exercício do diálogo, do respeito à diversidade de opiniões e experiências, estimula a sua capacidade de pensar criticamente sobre a sua realidade, lançando mão de alternativas que venham a contribuir para resolução dos problemas identificados por eles. Além disso, participar do conselho o coloca como sujeito da sua aprendizagem, como aquele que precisa construir conjuntamente com o docente, e, portanto, é também responsável pelos resultados.

Nessa perspectiva, o Conselho não pode ser concebido sem a participação dos estudantes, como tão pouco pode se subestimar a capacidade destes para determinação dos seus processos. É um fazer coletivo que todos têm sua importância, mas como historicamente os estudantes são invisibilizados na sua capacidade de participar, ressalta-se aqui a importância deste grupo. Acredita-se que há um potencial formativo no Conselho, que seus membros, em especial os estudantes, estão imersos em um laboratório de vivência democrática, de superação de práticas autoritárias e de aprendizagem pela troca de experiências. Um ato político a favor do processo de formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas Pedagógicas e o ensino integrado**. Revista Educação em Questão. V.52. N 38, p. 61-80, 2015.

BERTRAND. Yves. **Teorias contemporâneas da educação**. 2 ed. Instituto Piaget. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: nov. 2019.



CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe**: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. São Paulo: Edições Loyola, 2005

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. Campinas: Papyrus, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SENA NETO, Bernardino Galdino de. **Educação profissional e conselho de classe: a experiência no curso de informática do IFRN/Caicó**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1527>>. Acesso em: 20 jan. 2020.